



## Ata Número Vinte

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, reuniu ordinariamente no Salão do Clube Recreativo Vilarinhense, em Vilarinho, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;

**2** - Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã;

**3** - Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente às empreitadas de concretização do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Zona Central;

**4** - Apreciação e votação da alteração da Organização dos Serviços Municipais;

**5** - Apreciação e votação do Aditamento às deliberações da Câmara Municipal de 14/09/2020 e da Assembleia Municipal de 24/09/2020 referente à adesão do Município da Lousã ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, com o objetivo de integrar o Corpo Ativo e Comando dos Bombeiros do Concelho no referido tarifário;

**6** - Apreciação e votação da ratificação da alteração excepcional do pagamento das bolsas do Ensino Superior;

**7** - Apreciação e votação da delimitação da área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal;

**O Senhor Presidente da Mesa** deu início à sessão começando por cumprimentar o Executivo Municipal, Membros da Assembleia Municipal, colaboradores da autarquia, empresa de multimédia, comunicação social, e

público presente. Saudou, ainda, todos quantos acompanhavam a sessão a partir da página da autarquia da rede social Facebook e agradeceu à direção do Clube Recreativo Vilarinhense, na pessoa de Diana Serra, pela cedência do Salão do Clube, para a realização desta assembleia uma vez que, dispõe das condições de segurança necessárias para o efeito de acordo com as regras da Direção Geral de Saúde. Desejou, por último, que os trabalhos decorressem com a normalidade possível e desejável, atendendo às excecionais medidas de distanciamento e restrições que continuam sujeitos pela pandemia da COVID-19 e apelou a todos os intervenientes que fossem concisos e concretos nas suas intervenções, respeitando e dignificando, como habitualmente, a Assembleia Municipal.-----

De seguida, passou a palavra ao **1º Secretário da Mesa, Mário Maduro**, a fim de proceder à chamada.-----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Raquel Simões que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Simões, António José Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Tiago Brás Dias, Pedro Santos que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Aurélio Sequeira que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Maria Araújo, do PS. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, João Duarte que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rosário Agostinho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Marques, do PSD e Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** deu conhecimento de que se inscreveram para usar da palavra no período destinado ao público nos termos da publicitação do Edital nº 40/2021, os cidadãos: Miguel Pinto Gonçalves, António José Ferreira e Filipe da Costa Amado.-----

**Miguel Pinto Gonçalves** interveio começando por agradecer à **Mesa** a oportunidade que lhe era facultada para usar da palavra o que reflete que este Órgão Deliberativo é democrático. Em seguida, solicitou que lhe fossem

concedidos mais elementos sobre o processo de adjudicação da Câmara Municipal, nomeadamente o número do processo-crime, uma vez que pretendia constituir-se como assistente para zelar que seja feita justiça. Deu nota que escreveu à Direção Nacional do PS a dar conhecimento destes procedimentos, na Lousã. Concluiu a sua intervenção referindo-se á necessidade de ser elaborado *"um plano de regularização para que os terrenos dos baldios de Vale da Ursa vão legalmente para as mãos dos empresários de Vale da Ursa"*. Apelou para que a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Serpins interfiram junto dos Órgãos Sociais dos Baldios da Freguesia de Serpins, que agora foram eleitos, caso contrário, vai apresentar um pedido no Ministério Público *"não para declarar nula a escritura de usucapião, mas sim contra os próprios empresários, e anular-lhes o contrato de compra e venda, porque a escritura que eles têm é nula, porque foi feita sem legitimidade."*-----

**António José Ferreira interveio** dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara** deu nota de irregularidades de limitações da Freguesia de Serpins, concretamente na zona de Golpilhares, depois dos últimos censos que tem vindo a causar ao longo de vários anos transtornos às populações que não foram chamadas a pronunciar-se, antes porém, foram vítimas de uma alteração de limites que lhes é completamente alheia. Informou que na época, dirigiu-se aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal a reportar a situação e, também, desenvolveu contactos com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Serpins e Lousã, mas que, até ao momento, não houve resultados práticos, pelo que solicitou que lhe fosse feito o ponto da situação volvido este tempo. Deixou, ainda, uma palavra de elogio à Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho pela forma como tem desenvolvido as políticas sociais.-----

**Filipe da Costa Amado** começou por referir o orgulho que teria se Vilarinho voltasse a ser freguesia já para o próximo ato eleitoral autárquico, assim não sendo, questionou ao **Senhor Presidente da Câmara** o ponto de situação da desagregação das Freguesias de Lousã e Vilarinho. Solicitou a recolocação de um espelho no cruzamento da estrada do Covão para Serpins, porque é suscetível de acidentes dada a pouca visibilidade que tem. Por último, e uma vez que se aproxima a época crítica dos incêndios florestais, alertou para a



necessidade de várias intervenções nos caminhos florestais que se encontram bastante danificados e perigosos, dando apenas como exemplo a ligação da Quinta do Caimão á Ribeira dos Casais e a zona de Cabanões que só tem uma entrada e uma saída de alcatrão e que a estrada principal necessita de um aceiro de dez metros para saída de emergência, em caso de necessidade.-----

Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos. Saudou o Senhor Presidente da Mesa e Secretários da Assembleia Municipal, membros da assembleia, comunicação social, público, trabalhadores da autarquia e colaboradores da empresa que tornou possível esta transmissão através da rede social. Declarou ser para si um gosto estar naquele espaço, quer no que diz respeito ao Órgão Assembleia Municipal, quer no que respeita a Vilarinho que oferece as condições necessárias para a realização desta sessão. Afirmou ainda que é um gosto poder apreciar a obra de construção do edifício da Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho - ADIC, felicitando esta instituição, os seus Corpos Sociais, colaboradores e todos aqueles que de uma forma ou de outra, ao longo destes tempos, contribuíram para que esta edificação esteja agora muito próxima de entrar ao serviço da população e que em muito valoriza não apenas Vilarinho, mas todo o Concelho da Lousã, numa vertente muito importante que é a área social, especialmente, no apoio aos mais idosos e que têm necessidade deste tipo de serviços. Seguidamente, em resposta ao público e por ordem de intervenção começou por dizer que desconhece o número do processo a que o cidadão se referiu, bem como as imputações que foram feitas ao assunto. Sobre os Baldios de Serpins em Vale da Ursa, informou que o assunto já foi avaliado pelas instâncias próprias, pelo que as suas alegações não se verificam. Informou que o que está executado, e com a intervenção exclusiva por parte da Câmara Municipal, foi em favor da Freguesia de Serpins e do seu desenvolvimento em termos empresariais e da fixação das empresas que ali estão instaladas. Informou, também, que de momento não dispõe de dados concretos e atualizados relativamente à situação exposta sobre a delimitação de áreas entre as duas freguesias, contudo, eventualmente, poderão as respetivas Assembleias de Freguesia, fazer alguma diligência ou intervenção sobre o assunto. Relativamente à

desagregação das Freguesias, começou por dizer que estava previsto até ao final de março existir iniciativa legislativa por parte da Assembleia da República, mas não tem conhecimento até ao momento dessa concretização. Lamentou que o não tenha feito, porque devia e podia fazê-lo, atempadamente, para que pudesse ter efeitos nas próximas eleições autárquicas a realizar este ano. Frisou que estas decisões não dependem unicamente dos órgãos autárquicos locais, porque se assim fosse, e de acordo com as evidências e empenhamento por parte da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e em sede da Assembleia Municipal, essa situação estaria resolvida em tempo, conforme o desejo de todos. Sobre o espelho parabólico rodoviário no "cruzamento do Covão", informou que esse assunto já está identificado e tomou nota para intensificar junto dos serviços para que, no mais curto espaço de tempo, o mesmo seja repostado, concordando com a perigosidade do local. Sobre o arranjo do caminho florestal na zona de Cabanões, informou que esse serviço já está previsto e contratualizado, desejando apenas que os trabalhos tenham início rapidamente. Relativamente à via Caimão – Ribeira dos Casais, tomou nota do pedido e comprometeu-se a tentar minimizar as situações que foram reportadas, nomeadamente, a nível de Proteção Civil. -----

**O Senhor Presidente da Mesa**, dando continuação aos trabalhos informou a assembleia de que no seguimento da intervenção do membro do Grupo Municipal do PSD **António José Gonçalves**, na passada sessão ordinária de fevereiro, relativamente a uma denúncia, pediu ao **Senhor Presidente da Câmara** informação sobre o assunto. Disse que lhe foi comunicado de que o processo estava em desenvolvimento, tendo sido instaurado um inquérito interno e declarada a nulidade do contrato. Mais informou que tomou, ainda, conhecimento de que a queixa havia já sido apresentada ao Ministério Público, pelo que aguardava desenvolvimentos. -----

Deu conhecimento que, entretanto, a **Mesa** recebeu uma proposta do Grupo Municipal do PSD para votação do plenário que foi remetida, com a brevidade possível, a todos os membros da Assembleia Municipal. Assim, e de acordo com a informação prestada, deu a palavra a **António José Gonçalves**, para a sua leitura. -----



**António José Gonçalves** apresentou a proposta com o seguinte teor, citando: "PROPOSTA GRUPO MUNICIPAL DO PSD. A Assembleia Municipal tem as competências de apreciação, fiscalização e funcionamento previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que, no seu artigo 53, ponto 1, alínea c, refere: Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais. Na última sessão da Assembleia Municipal, foi apresentada, pelo PSD uma situação irregular, em que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, Sandra Margarida Carvalho Fernandes, celebrou em conjunto com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, um contrato de Empreitadas de Obras Públicas, no passado dia 2 de fevereiro de 2021. O contrato foi assinado pela Sra. Presidente de Junta na qualidade de representante legal da empresa Sétimo Sentido Lda., tendo esta empresa sido constituída em Setembro de 2012, onde a Sr.ª Presidente consta como sócia maioritária, detendo 75% do capital social da empresa. A obra é referente à requalificação, beneficiação e ampliação do Pavilhão Desportivo n.º 2 – alterações aos balneários já existentes, tendo sido a obra contratada por ajuste direto. Uma vez que, cada vez que um presidente de uma junta de freguesia é contratado para prestar algum serviço à Câmara Municipal a que pertence, incorre, pelo menos, numa situação de "conflito" entre os seus próprios interesses empresariais e o interesse público no município a que pertence, consideramos esta situação grave e passível de ser denunciada. A gravidade provocada neste procedimento pelo incumprimento legal, deverá obrigar a que esta Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade do município denuncie o contrato celebrado, uma vez que o mesmo ultrapassa os limites da razoabilidade, boa-fé e preenche ilícitos criminais que poderão implicar a perda de mandato, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei da Tutela Administrativa. Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PSD Lousã propor que esta Assembleia Municipal, para dar cumprimento às suas funções, encaminhe uma queixa sobre este facto, para o Ministério Público. Lousã, 29 de Abril de 2021." Documento que se dá por integralmente transcrito, ficando, ainda, arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----  
-----

**Inscrições:** Maria da Conceição Loureiro, António José Gonçalves e Joel Fernandes.-----

**Maria da Conceição Loureiro** usou da palavra começando por cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, e restante Executivo, Presidentes de Juntas de Freguesia, colegas membros da assembleia, comunicação social, público presente e a todos aqueles que estivessem a seguir os trabalhos através da rede social Facebook. Seguidamente, apresentou a posição da CDU relativamente à proposta do Grupo Municipal do PSD, através de declaração de voto com o seguinte teor: *"Dado que a situação já se encontra em desenvolvimento a decorrer nas devidas instâncias e com o necessário segredo para o seu desenvolvimento – procedimento do agrado, em absoluto, da CDU, em defesa da transparência e do Poder Local Democrático, porquanto achamos que esta proposta é perfeitamente extemporânea, parece-nos ser um aproveitamento político, porque todos nós sabemos que a situação está a decorrer nas instâncias exigidas por lei, também nos exige a devida espera para a resolução do problema. Nesse sentido, a CDU vai abster-se nesta votação."* Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 2 (dois)).-----

**António José Gonçalves** apresentou cumprimentos à Mesa, Executivo, membros da assembleia, público e trabalhadores da Câmara Municipal que tornaram esta sessão possível. Saudou as pessoas que estavam a acompanhar os trabalhos via Facebook e recordou que esta possibilidade foi uma luta e uma batalha ganha pelo PSD. Saliou que é a segunda assembleia transmitida via Facebook, esta, de forma presencial. Em seguida, e referindo-se à proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, e em defesa da mesma, disse que esta não era a primeira obra, mas sim a terceira e com uma situação *"ilegal"*. Deu nota de que tem em seu poder um contrato assinado pelo **Senhor Presidente da Câmara** que poderá facultar a quem quiser ver e fez referência a uma cláusula sobre garantias contratuais, onde a sociedade adjudicatária, a saber, o *"Sétimo Sentido"*, prestou uma caução através de depósito na Agência do Banco Santander Totta, no valor de EUR: 1.118.25 (mil cento e dezoito euros e vinte e cinco cêntimos). Concluiu a intervenção, citando: *"não basta anular contratos, porque um crime não se anula."* -----

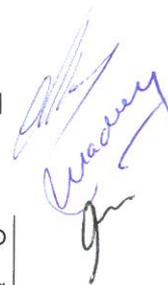


**Joel Fernandes** interveio começando por apresentar cumprimentos a todos. Em relação à proposta em discussão recordou que foi um assunto despoletado na última sessão da assembleia e, posteriormente, divulgado pelo Grupo Municipal do PSD que iria ser efetuada uma queixa. A queixa foi, efetivamente, efetuada conforme foi divulgado através das redes sociais, pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho**. Afirmou que é, também, público que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** instaurou um processo interno de averiguações, assim que a situação foi confirmada, com o intuito de melhorar os serviços e para que este procedimento não se voltasse a repetir. Acrescentou que é igualmente público de que o procedimento do concurso foi anulado. Assim, uma vez que a queixa já foi apresentada, parece-lhe que esta proposta é extemporânea e redundante, dado que o processo está a ser analisado e assim, só há o objetivo de criar um facto político. Disse que as Assembleias Municipais não julgam e, em Portugal, que é um Estado de Direito, existe separação de poderes e, como tal, cabe às instâncias judiciais fazer o seu trabalho. Nesse sentido, e porque o Grupo Municipal do PS entende que uma nova queixa para além de criar um facto político serviria para alimentar confusão, votará desfavoravelmente esta proposta.-----

**A Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras** pediu a palavra para apresentar uma declaração de voto com o seguinte teor: "*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do nº 3 do artigo 60 do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã solicito dispensa de votação na proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.*" Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando anexo a este livro de atas - (doc. nº 3 (três)).-----

Colocada à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi rejeitada por maioria com 17 (dezassete) votos contra do PS, 1 (uma) abstenção da CDU e 6 (seis) votos a favor do PSD e do BE.-----

Seguidamente, foi colocado à votação o projeto de ata número dezanove, referente à sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, tendo sido aprovado por maioria com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 4 (quatro) abstenções do PSD, quando



estavam presentes na sala com legitimidade de voto, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, vinte e um eleitos da Assembleia Municipal.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

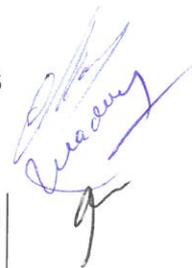
**Inscrições:** Aires Ventura, Maria Carolina Henriques, Helena Correia, António José Gonçalves, Joaquim Seco, Dilene Gonçalves, Sérgio Pedroso, Maria da Conceição Loureiro, Paulo Simões, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----

**Aires Ventura** apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, comunicação social presente, público, colegas da assembleia, colaboradores e trabalhadores que dão apoio logístico a esta sessão. Em seguida e referindo-se a uma notícia publicada pelo jornal O Trevim, disse que foi apreciada em reunião do Executivo Municipal a situação precária em que se encontram os passadiços para o Castelo. A estrutura dos passadiços está com problemas de segurança devido a deslizamento de terras, havendo uma secção interdita à circulação e outra com avisos de perigos vários, mas, segundo informações, parece que toda a estrutura está em perigo. Perante esta notícia endereçou as seguintes questões: que tipo de avaliação foi feita aos terrenos para garantir a total segurança para a instalação deste tipo de estruturas, quem foi a entidade que fez os estudos dos terrenos, e qual o seu parecer, e quem é o responsável a arcar com os prejuízos que daqui advêm. Seguidamente, recordou que já há vinte e seis anos atrás, foram instaladas provisoriamente e em área de domínio público, na Av.ª Dr. José Maria Cardoso, umas bombas de combustíveis, mas que com o tempo e ao arrepio da lei, se tornaram definitivas. Deu nota que tomou, recentemente, conhecimento que a proprietária do posto de combustíveis veio justificar a posse deste terreno por usucapião há cerca de dois anos e meio atrás. Perguntou que diligências é que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** promoveu para evitar esta "apropriação indevida".-----

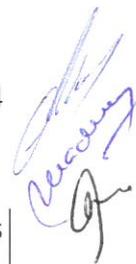
**Maria Carolina Henriques** apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, Executivo Municipal, membros da assembleia, órgãos de comunicação social, público presente, público presente através das redes sociais e aos



trabalhadores da autarquia. Começou por afirmar que o Grupo Municipal do PSD deixava uma nota com a qual não concorda e se sente constrangido. Disse que no decurso de plano de transição digital na educação, este Executivo Municipal adquiriu a licença *premium* da plataforma - Escola Virtual para todos os níveis de ensino e para o ensino regular. Afirmou que é de louvar a iniciativa no concelho, porque em tempo de pandemia, todas as medidas municipais são meritórias e o PSD concorda com elas, não concorda é com medidas eleitoralistas indevidas. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** sobre o que é que acrescenta a um manual e á comunidade escolar uma "*nota de felicitação e de autoelogio da medida aplicada e tomada por esta Câmara Municipal, naquele manual, e acima de tudo, na sua primeira página.*" Perguntou ainda se "*a Câmara Municipal necessita de ver ser aplaudidas todas as medidas municipais de apoio aos agregados familiares e que lhe cabem, numa correta e consistente gestão responsável que se espera de uma autarquia?*" Disse que havendo capacidade financeira, esta é uma medida absolutamente normal e que se espera que seja tomada por qualquer autarquia responsável. O Grupo Municipal do PSD, além de não compreender, não concorda e considera uma "*publicidade eleitoralista descarada.*" Seguidamente, falou sobre a defesa do património nacional, natural e humano e recordou a aproximação do verão e as memórias dos incêndios de há cerca de três anos a esta parte que levaram à destruição do património natural e humanizado e questionou as medidas elencadas de prevenção destes riscos. Acrescentou que é recorrente falar-se às populações sobre os seus deveres de cumprimento da lei, zelo e limpeza, contudo, a autarquia, há cerca de um mês ainda não tinha dado o exemplo e vê-se a falta de limpeza das bermas das estradas e espaços públicos, dando como exemplo "*gritante*" a Freguesia de Serpins. Deixou o repto ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** sobre se já foram iniciadas as ações de limpeza, quais foram e para quando está prevista a conclusão. Fez ainda uma referência à Serra da Lousã com a previsão de época turística e perguntou quais as medidas concretas de limpeza da EN 236, assim como todas as estradas que ligam essa estrada às aldeias de xisto. Pediu para que fossem elencadas as programações dessas ações de limpeza e disso fosse dado conhecimento a esta assembleia e aos munícipes em geral. -----



**Helena Correia** dirigiu-se para saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, elementos da Assembleia Municipal, colegas Presidentes de Juntas de Freguesia, trabalhadores da Câmara Municipal que tornaram esta assembleia possível, o público presente, a comunicação social e ainda todos os que estavam a seguir a transmissão online da Assembleia Municipal. Começou a sua intervenção fazendo uma alusão às comemorações do 25 de Abril e citando os versos de Sofia de Mello Breyner, citando: *"Esta é a madrugada que eu esperava, O dia inicial inteiro e limpo, Onde emergimos da noite e do silêncio, E livres habitamos a substância do tempo..."* afirmou que, citando: *"é graças a esta madrugada que vivemos hoje na democracia que todos construímos, mais ou menos perfeita, nem sempre justa e solidária ou não tão justa e solidária como desejaríamos, mas fazendo caminho arriscando soluções, tentando alternativas"*. Disse não ter dúvidas que o Poder Local é a concretização plena da democracia, acrescentou que sente hoje desilusão em não ver cumprida, em tempo, a promessa do governo de aprovação da lei que define o regime jurídico da criação, modificação e extinção de freguesias que iria permitir a reposição da extinta Freguesia de Vilarinho. Mais uma vez o Poder Central remete o Concelho da Lousã para um ato eleitoral sem uma adequada lei-quadro para as freguesias. Afirmou que acredita, não sabe é quando, que a desagregação estará em cima da mesa em discussão e que será possível reverter erros resultantes da Reforma Administrativa do ano de dois mil e treze. Até lá, comprometeu-se a fazer o melhor que souber para garantir que os fregueses vivam num território coeso, solidário, com acesso por igual aos serviços, mas que mantenham a sua individualidade no respeito pela história e memória de cada um, e, também, pela história de memória coletiva. Aproveitou o momento para partilhar com o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** algumas das suas preocupações de situações que condicionam a vida no espaço público, na sua freguesia. Recordou a necessidade de Planos de Urbanização para as Freguesias para que a recuperação dos imóveis das zonas mais degradadas possa ser uma realidade e estender as zonas ARU, a áreas fora das sedes, como por exemplo, Casal dos Rios e Casal do Espírito Santo, que são zonas com grande densidade populacional e com um número de residentes consideráveis. Sensibilizou para que sejam criadas condições



para a fixação das pessoas que passam, entre outras intervenções, pelas acessibilidades. Alertou para a necessidade de ser feito um estudo de acessibilidade à ADIC que é uma referência da comunidade, mas, também, o acesso à aldeia dos Cabanões e a melhoria dos acessos aos lugares de Eira de Calva e Cova do Lobo. Enunciou necessidades de intervenção e estudos para melhorias de outras vias da freguesia. Apelou ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para interceder junto das Infraestruturas de Portugal – IP, para um novo perfil para a estrada EN 342, entre a Reta do Rol e aldeia de Vilarinho, recordando a necessidade da existência de um passeio para circulação pedonal no percurso entre a aldeia de Vilarinho até à Igreja. Deu nota para breve do plano de pavimentação da Câmara Municipal que vai beneficiar não apenas a freguesia, mas todo o concelho. Deu conhecimento de que foram iniciadas obras de beneficiação e de manutenção do espaço do cemitério. Reforçou a necessidade de fiscalização e limpeza de matas, corte de árvores e remoção dos resíduos, dos cortes e garantia de manutenção de estradas e caminhos pelos operadores responsáveis pelos trabalhos. Afirmou que o espaço – Serra da Lousã, tem que merecer um esforço de preservação por parte de todos e a Câmara Municipal tem o apoio da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho na aprovação da área de contenção para a instalação de alojamento local na aldeia do Talasnal, bem como para todas as ações que assegurem a utilização da serra de modo sustentável. A concluir, fez ainda uma referência ao processo de recenseamento em curso e agradeceu ao grupo de pessoas no terreno e seus colaboradores que estão a cumprir esta árdua tarefa com empenho e dedicação. -----

**António José Gonçalves** interveio para se referir ao posto de abastecimento das bombas de combustíveis, sito na Urbanização da Vaqueira. Disse que a sua expectativa, e também dos munícipes, é que se tratava de um posto de abastecimento de combustível provisório, prática comum em quase todas as localidades onde existe este tipo de serviços. Referindo-se às últimas notícias trazidas a público, pelo jornal O Trevim, disse existir uma escritura do ano de dois mil e dezoito, por usucapião, a fim de legalizar o terreno onde está edificado e em laboração um posto de combustíveis. Perante esta notícia, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** se o referido terreno se

encontra implantado em domínio público ou privado. Acrescentou dizendo que tem em sua posse toda a documentação, no entanto, gostaria que o **Senhor Presidente** esclarecesse a situação exposta. Aproveitou o momento para recordar que se aproxima o prazo para pagamento da primeira prestação do imposto IML, que como é do conhecimento público, o PSD propôs que se baixasse a taxa deste imposto, entretanto recusada pelo Executivo Municipal. Afirmou que na opinião do PSD, o Executivo Municipal, citando: "farta-se de esbanjar dinheiro. O edifício dos Paços do Concelho teve uma derrapagem, e não se esqueceu do assunto das janelas ao qual, o **Senhor Presidente da Câmara** se recusa, em todas as Assembleias Municipais, a dizer quanto é que se vai gastar na reposição das janelas, repondo com isso a legalidade, porque não se trata apenas de uma questão estética, como foi dito, para não falar no dinheiro que já se gastou nos recursos sobre este processo. Os passadiços são uma obra que não tem um ano, com um investimento de quatrocentos mil euros estão, neste momento, já com deformações. Neste momento estão a fazer sondagens e todos nós sabemos, pelo menos quem lá passa a pé como eu, que antes de lá serem colocados os passadiços, já havia fissuras na estrada. Primeiro colocam-se os passadiços e agora é que se vão fazer sondagens? Já há, pelo menos um troço que está fechado ao público, vamos ter, certamente, mais uma derrapagem. A Regeneração Urbana - RU, há tapetes betuminosos que não se põem dentro de uma localidade, areia?! Isto não é eleitoralismo, num tapete betuminoso, não se põe areia e há zonas, certamente, e bem junto dos Paços do Concelho que há pisos que vão ter que ser substituídos. Quem é que paga? Os Lousanenses. Acima de tudo, há caixas de saneamento que estão tapadas que deviam de ser levantadas... outra derrapagem que o **Senhor Presidente** não se propõe a dizer, é o cineteatro. Nós aqui tivemos ocasião de dizer que se calhar era melhor fazer um edifício novo, mas não, vamos ter mais uma derrapagem em cima do orçamento previsto. Nota negativa no cruzamento das antigas farmácias. Aquilo, não pode ficar assim. Não podemos dar parabéns ao arquiteto porque está para ali uma confusão de todo o tamanho. Gostaria de frisar, também, que o cruzamento por detrás do antigo hospital, junto a umas antigas bombas, onde havia um bar chamado Balança, tivemos uma intervenção urbana, podíamos ter resolvido outro ponto negro,



não, ficou na mesma." A concluir, reiterou informação já prestada em assembleia anterior, e que diz respeito a falta de sinalética no sentido Alfocheira – Lousã. Censurou, veementemente, o tipo de sinalética existente na Lousã, dando como exemplo uma placa designada "Casa dos Quaresmas" que está cheia de "verdete" e que não é a única, lamentando a falta de manutenção e vigilância nesta área, por parte do Vereador do Pelouro do Executivo Municipal, onde em alguns sítios estão "devotadas ao abandono." -----

**Joaquim Seco** usou da palavra começando por apresentar cumprimentos à Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, ao Órgão do Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, membros da Assembleia Municipal, colaboradores e trabalhadores da autarquia, público em geral, comunicação social e todas as pessoas que estavam a acompanhar a transmissão via online. Concentrou a sua extensa e emotiva intervenção, sobre a Freguesia de Vilarinho, dizendo que, citando: "*será a última vez, neste mandato que esta Assembleia Municipal estará em funções nesta área geográfica de Vilarinho. Apesar da hospitalidade e de todos os propósitos de bem receber da sua gente, a visita dos órgãos municipais nesta ocasião, em Vilarinho, que poderia ser de um enorme agradecimento, não passará de um cumprido calendário, porque este povo, continua sem a sua freguesia. Quando se contava estarmos a preparar as candidaturas para eleger os seus autarcas Vilarinhenses, nas próximas eleições, tudo aponta para a repetição do episódio de há quatro anos, já não há tempo. Vilarinho, sem estatuto de freguesia, ainda não pode votar os seus eleitos, daí ser um ato sem convicção e, acreditem sem orgulho de vitória.*"... Afirmou que a história de Vilarinho, neste momento, está a provocar uma revolta e refutação absoluta sobre a gestão autárquica que impuseram e nada tem a ver com a identidade de Vilarinho. Afirmou que eliminaram a Junta de Freguesia de Vilarinho, toda a sua estrutura e gestão secular para serem entregues os destinos desta terra, a uma gestão aonde se obriga a interpretação da frase "*União de Freguesias*". ... reiterou que será um ato de justiça a devolução do estatuto de freguesia de Vilarinho, restituindo o que nunca devia ter sido extorquido naquela comunidade. Citando:..."*alguns que, desde a primeira hora se incorporaram nesta luta e que já não estão entre nós, e realço o esforço de Abel Pedro de Carvalho e de Bernardino*

*Fernandes Nunes. Levaram consigo a mágoa desta traição e posição política. Levaram no seu coração o mal que fizeram á sua terra, apesar da demora da restituição do estatuto de freguesia, dos avanços e recuos, acreditamos e, como aconteceu com a Restauração da independência de Portugal, em mil seiscentos e quarenta, voltaremos a gerir o que é nosso com conhecimento da realidade local, fomentando as parcerias indispensáveis e imenso dinamismo da comunidade, mas sem expressão no presente. ... O movimento cívico REFUTAR pelo reaver do estatuto da freguesia de Vilarinho, não desistirá deste objetivo. Será sempre o moderador e representante desta luta da generalidade do povo local." Disse ser portador de um pequeno bilhete do Sr. António Nunes da Costa, pessoa de avançada idade e que não pode estar presente nesta assembleia que diz o seguinte, citando: "a Freguesia de Vilarinho foi criada no ano de mil oitocentos e trinta e seis, esteve como Junta de Vilarinho, cento e setenta e sete anos, não foram dezassete anos, e, no seu arquivo, "diz ele", tem vinte e um livros de atas, "e eu atesto que é verdade". Foi extinta em dezasseis de abril do ano de dois mil e treze, pelos políticos com tanta promessa da sua restituição a que temos direito e já passaram sete anos, mais sete meses e treze dias." Dirigiu-se aos Órgãos Deliberativo, Executivo e aos membros da Assembleia Municipal, e afirmou, citando: "estamos a terminar um mandato autárquico e ao longo deste tempo incluindo o mandato anterior sempre me pronunciei sobre este drama Vilarinhense." Declarou não aceitar a "fantasia da governação" daquela terra, e questionou onde está o ganho apregoado. Concluiu a sua intervenção dizendo que, brevemente, haverá a constituição de nova Assembleia Municipal e, por isso, apelou à sensibilidade daqueles que continuarão, pelo desenvolvimento local, que não permitam que esta causa seja ignorada, porque os Vilarinhenses pedem apenas que se faça justiça para que também o valor do 25 de Abril se volte a expressar em Vilarinho. Citando: "Liberdade pela sua gestão autárquica. Saberemos retribuir, temos provas dadas com obras que são referências locais e no país, por isso, Vilarinho merece ter o que sempre teve, - a sua freguesia."-----*

**Dilene Gonçalves** interveio começando por cumprimentar todos os presentes, bem como os Lousanenses que assistiam a esta assembleia através do Facebook. Em seguida disse que no âmbito das medidas aplicadas pelo



município para combate aos efeitos da pandemia, entendia ser relevante salientar a aplicação de um tarifário bonificado no serviço de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos durante os meses de fevereiro, março e abril do corrente ano, que se traduz numa redução de 25% na tarifa fixa dos clientes domésticos e 100% na tarifa fixa dos clientes não-domésticos. Disse que, também, foi aprovada para as instituições uma redução de 100% na tarifa fixa até ao final do ano. A aplicação deste tarifário significa um investimento de EUR: 112.000.00 (cento e doze mil euros), suportados pela autarquia. Recordou que foi ainda criado o Fundo Municipal de Apoio à Atividade Empresarial, com uma dotação financeira no valor de EUR: 100.000.00 (cem mil euros) que pode vir a ser reforçada. Salientou que esta verba é proveniente do orçamento municipal com o objetivo de apoiar o tecido empresarial do concelho, o qual permite um apoio até dois mil euros por entidade, sendo acumulável com outros apoios prestados pelo Estado Central. Atendendo à importância desta medida, solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que fizesse o ponto de situação sobre este processo. A concluir, afirmou que considera relevante destacar a criação de uma plataforma digital de vendas *online* destinada a comerciantes e empresários do Concelho da Lousã, resultante de um trabalho de parceria com a Associação Empresarial Serra da Lousã – AESL. Disse que o sucesso da medida está comprovado pela adesão, uma vez que conta já com cem estabelecimentos de diferentes áreas.-----

**Sérgio Pedroso** interveio cumprimentando a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Executivo, membros da Assembleia Municipal, trabalhadores da autarquia, comunicação social e público presencial e via rede social. Encontrando-se na extinta Freguesia de Vilarinho e tendo em conta as últimas informações sobre a desagregação de freguesias, expôs um resumo cronológico sobre o assunto, com início em um despacho do Governo datado de vinte e quatro de maio do ano de dois mil e dezasseis, em que foi criado o grupo técnico para a definição de critérios para a avaliação da reorganização do território das freguesias. Este grupo técnico apresentou o relatório na Assembleia da República em dezembro do ano de dois mil e dezasseis. Passados sete anos, em vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte, foi apresentada a Proposta de Lei n.º 68/XIV/2.ª que é o de redefinir o “regime



jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias". Entretanto, enunciou o parecer da ANAFRE, datado de vinte e dois de janeiro do corrente ano, sobre esta Proposta de Lei e em que vem a lamentar o profundo atraso na elaboração da mesma, dos contributos prestados pela ANAFRE, em junho do ano de dois mil e vinte, das démarches que foram feitas sobre este processo, culminando em sede de congresso com um debate profundo sobre o assunto. Citando: *"Este atraso pode implicar a impossibilidade de se poder promover as devidas reformas para as próximas eleições autárquicas de dois mil e vinte e um. Não foi por falta de empenho e celeridade de resposta por parte da ANAFRE que o processo se desenrolou tão lentamente."* Lamentou ainda o facto de que, citando: *"todas as sugestões de relevância apresentadas pela ANAFRE, junto do Governo, não se encontrem plasmadas nesta Proposta de Lei, apesar de terem participado em negociações com o governo durante um ano e meio e após a entrega dos nossos contributos foram informados de que as propostas da ANAFRE tinham sido aceites na generalidade. Hoje verificamos que tal não aconteceu e queremos demonstrar a nossa profunda indignação."* Afirmou que o Governo de António Costa, não quis proceder à desagregação das freguesias no desenrolar destes anos, que nunca passou das promessas o que se veio a constatar pelas notícias que a LUSA divulgou no dia vinte e cinco de março, onde afirma que as alterações ao mapa administrativa só terão efeito para as eleições autárquicas do ano de dois mil e vinte e cinco. Disse que o PS vai apresentar alterações na especialidade à Proposta de Lei-quadro das freguesias remetida pelo Governo ao Parlamento em dezembro, entre as quais, um regime transitório para as que pretendam desagregar-se após a fusão do ano de dois mil e treze. Descreveu um conjunto de adiamentos e propostas por parte do PS, salientando que é dito que a *"discussão necessita de tempo"*, o que pelos vistos ainda não foi suficiente, disse. Face à sua dissertação questionou o líder do Grupo Municipal do PS, **João Pedro Melo** se mantém o que disse na última Assembleia Municipal, sobre a questão da Freguesia de Vilarinho. Questionou, ainda, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, uma vez que esteve em contacto com personalidades que fazem parte do Governo, incluindo o próprio Primeiro-ministro, se os interpelou sobre este assunto e que informações obteve. A concluir, enalteceu todo o trabalho, persistência e luta por esta

causa pelo Movimento REFUTAR e por todos os Vilarinhenses, lembrando que o Executivo liderado pelo Primeiro-ministro António Costa, não foi ao encontro das pretensões. -----

**Maria da Conceição Loureiro** tomou a palavra começando por saudar os Vilarinhenses na pessoa do **Senhor Joaquim Seco**, pela militância que tem tido no combate à desagregação das freguesias. Frisou que o PCP/PEV, portanto, CDU, recentemente, levou uma Proposta à Assembleia da República em tempo para que esta desagregação se concretizasse antes das próximas eleições autárquicas, no entanto, o PS, votou contra. Para além do PS, votaram contra o PSD, CDS, PAN, CHEGA e Iniciativa Liberal. Realçou que a lei sobre a desagregação das freguesias, citando: *"está na gaveta do PS que tanto contestou a lei Relvas, no ano de dois mil e treze. É uma autêntica vergonha. Baixou à especialidade no dia vinte e um de janeiro e estavam já definidos os critérios e Vilarinho tem os critérios propostos por esta Lei. Tem um Centro de Saúde, tem uma Escola, tem tudo o que é necessário para constituir uma freguesia. O PS tem feito gato-sapato deste tema. Uma vergonha, porque tanto contestou o PSD e acontece que não fez rigorosamente nada, a não ser andar com propostas e projetos. É uma ofensa para o povo. Só se lembram destas situações na altura das eleições. Uma vergonha. E a CDU está favorável a todas as propostas de desagregação a nível nacional e, vamos lutar e fazer os possíveis para que o próximo governo faça disto uma prioridade."* Fez, ainda, uma retificação a uma observação que lhe foi endereçada, frisando que o que afirmou em relação às janelas do Edifício dos Paços do Concelho, não foi sob o ponto de vista estético, antes porém, afirmou que não estavam desagradáveis e que o interior do edifício funcionava com iluminação natural, bem como o trabalho de todas as pessoas e nunca ninguém a ouvir afirmar que estava de acordo com a situação arquitetónica envolvente.-----

**Paulo Simões** cumprimentou a todos: Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, colegas membros da assembleia, colaboradores e trabalhadores da autarquia, comunicação social e público em geral. Em seguida, dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** dizendo que todos têm conhecimento que o projeto com vista à nova ligação rodoviária a Coimbra, nomeadamente, a alternativa á Estrada Nacional 17,

entre Lousã e Coimbra e a ligação ao IP3, concelhos a Sul, deixou de constar do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR por pressão Europeia. Disse que é fundamental para o desenvolvimento da Lousã e dos concelhos do interior do distrito haver uma definição objetiva de uma alternativa à EN 17, entre a Lousã e Coimbra e o aumento da ligação entre o IP3 mais a Sul, mas sobretudo, uma alternativa á EN 17. Saliou que por ser uma obra essencial para o desenvolvimento desta região, confirmado pelo Executivo Municipal da Lousã, o Governo veio confirmar esta importância dizendo que estes projetos de obras vão ser executados com recurso a financiamento nacional. Disse que para além de ser uma boa notícia, está convicto que tal vai acontecer, até porque na semana passada foi aprovada em Conselho de Ministros uma Resolução com vista a executar estas obras com recurso a financiamento nacional. -----

**Ana Paula Sançana** tomou a palavra cumprimentando a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, público presente e, também, aos representantes do Jornal O Trevim, igualmente, aos trabalhadores e colaboradores que possibilitaram que hoje pudessem estar reunidos, de forma presencial, mas, simultaneamente, a ser transmitido para que todos possam assistir em formato online. Começou por dirigir a palavra á comunidade destacando os sacrifícios que os Lousanenses fizeram e lamentar as grandes perdas que a comunidade e famílias sofreram. Disse que hoje estavam a “*ver uma luz*”, porque o estado de emergência, para já, não se vai renovar e desejou um regresso dentro do possível e do que a pandemia permite, á normalidade. Nestes tempos difíceis muitos setores de atividade têm passado por dificuldades e as entidades do terceiro setor não são exceção, a economia social está, também, a sofrer um grande impacto. Disse ter constatado que no *site* do município que existe um leque de apoios às empresas, como também um inquérito para tentar perceber e averiguar de que forma é que esta pandemia está a ter impacto no tecido económico empresarial, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se existe dentro deste género de levantamento algum semelhante para as associações e entidades do terceiro setor de forma a conhecerem os principais desafios que neste momento se colocam e qual é o ponto da situação referente ao contrato de

prestação de serviços para o desenvolvimento conceptual da marca - Mata do Sobral, que foi celebrado em abril do ano de dois mil e vinte, sendo que o prazo definido no contrato, referia cento e vinte dias e se é possível ter acesso a esse trabalho. Questionou ainda em que ponto de situação é que o Município da Lousã se encontra em relação à estratégia de combate às alterações climáticas. -----

**Joel Fernandes** interveio dizendo que concorda com o tom de esperança, mas, acrescentando também, de responsabilidade com que **Ana Paula Sançana** se referiu às questões da pandemia. Reforçou que é da responsabilidade individual de cada um que o combate à pandemia se faz e cada um tem que dar o seu melhor. Outro ponto convergente é a reorganização das freguesias, nomeadamente, a Freguesia de Vilarinho. Disse ter estado no momento em que foi votado este assunto, e que o seu sentido de voto foi contra, como outros desta assembleia. Numa retrospectiva histórica recordou que essa situação foi imposta por lei, não pelo PS, mas caso fosse, o PS Lousã, também, não concordaria como em outros assuntos não concorda, por vezes, com a ação socialista, como foi o processo do Sistema de Mobilidade do Mondego. Realçou que o PS Lousã, está com os Vilarinhenses, mas também com os fregueses do lado da Lousã que também não pediram esta agregação. Enalteceu o esforço que tem sido desenvolvido, na pessoa da **Presidente da União de Freguesias de Lousã e Vilarinho** para abarcar um maior território com dificuldades acrescidas. Sobre o Sistema do Metro Bus, deu nota que, neste momento, estão no terreno trabalhos no troço entre Serpins e o Alto de S. João, no troço do canal na baixa de Coimbra e foi, recentemente, adjudicada a empreitada entre o Alto de S. João e a Portagem. Frisou que este é um processo pelo qual o PS tem vindo a lutar desde sempre e continua a lutar. -----

**João Pedro Melo** começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo Municipal, os membros da assembleia, o público, comunicação social, os colaboradores e trabalhadores da Câmara Municipal e a quem estava a ver e ouvir no Facebook. Relativamente à Freguesia de Vilarinho, e em resposta a **Sérgio Pedroso**, porque o mencionou, quando se referiu á "extinta freguesia de Vilarinho", corrigiu dizendo que, citando: "a Freguesia de Vilarinho está cá muito viva e recomenda-se, o que foi extinta foi a Junta de Freguesia, por isso



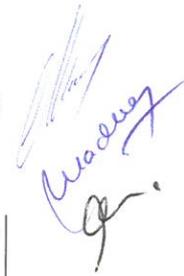
é que falamos em união de freguesias. Se na altura disse que era uma injustiça aquilo que o PSD fez diria, também, se o PS não cumprir a palavra dada, será uma injustiça. Não tão grande como a do PSD, mas será uma injustiça. Mas não acredito que isso vá acontecer. Fez ai uma descrição da história mais ou menos conveniente, esqueceu-se de dizer que o próprio Presidente da República disse no último ano do mandato anterior, nunca aceitaria uma Lei da desagregação das freguesias. Portanto, se há culpas no cartório não é só o PSD, mas também haverá do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Mas eu acredito que a Junta de Freguesia, mais ou menos a breve prazo será uma realidade e acredito nas gentes de Vilarinho que, como muito bem disse o meu amigo **Joaquim Seco**, há bem mais de cem anos que souberam gerir e bem o seu território e isso, irá de novo acontecer. Não tenho dúvidas disso." Relativamente à RU – Regeneração Urbana, afirmou que está em desacordo com quem afirma que "tudo está mal". No seu entendimento a Lousã está muito mais airosa, com questões de mais ou menos gosto pessoal. Todo o modo foi dada a primazia ao cidadão/peão, e foi feita mais arborização á Lousã, o que significa que está em evolução. Relativamente às janelas do Edifício dos Paços do Concelho, disse que tem sido um assunto que recorrentemente é colocado nesta assembleia, mas, esqueceram-se de um outro assunto, e lançou o repto perguntando, aonde estavam os membros do PSD quando esta obra estava em consulta pública e quando é que vieram criticar atempadamente. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que o foco do Executivo Municipal é trabalhar até ao último dia do mandato e enquanto uns só se preocupam em destruir e denegrir, a autarquia preocupa-se em construir e atender da melhor forma possível às necessidades e expetativas da população, honrando os compromissos assumidos, terminar os projetos e obras em curso e iniciar alguns que ainda estão em preparação. Disse que continua a ser uma preocupação continuar a contribuir para a defesa, segurança e promoção da saúde de todos, no que respeita à pandemia por isso a



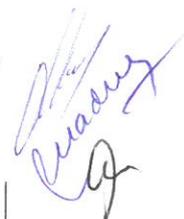
autarquia continua a colaborar no processo de vacinação por toda a importância referida e conhecida de todos. Informou que o Executivo continua empenhado em concretizar os meios para as obras e projetos, nomeadamente para a "Casa da Lagartixa", IGP Serra da Lousã, promover a melhoria de percursos pedestres da Serra, através de candidaturas aprovadas, melhorar as acessibilidades, ao nível da EN 17 – IP 3 e a Lousã está integrada num projeto que tem a valorização do Rio Ceira como objetivo central. Fez ainda uma referência à requalificação da Escola Secundária da Lousã, cujo concurso público está lançado e o acompanhamento da importante obra para o concelho e para a região, que é o Sistema de Mobilidade do Mondego. Sobre os passadiços informou que o projeto foi devidamente estudado, executado por uma empresa especializada neste tipo de estruturas, líder de mercado em Portugal, contudo, este ano, fruto de grande pluviosidade originou deslizamento de terras em várias partes do país. Neste caso, está devidamente identificado, localizado e estudado, motivo pelo qual aquela secção do percurso pedestre está isolada. Atendendo às circunstâncias que se verificaram, os serviços técnicos da Câmara Municipal fizeram a avaliação da situação e entendeu-se que deveria, também, recorrer-se a um prestador de serviço externo com especialização nesta área a fim de proceder à análise geotécnica que está a decorrer na zona onde existiu o deslizamento. A Câmara Municipal está a aguardar que os estudos sejam feitos para, depois, tomar as medidas aconselhadas. Relativamente às bombas de gasolina instaladas na Av.º Dr. José Maria Cardoso, informou que de momento, não tem os dados em sua posse. Adiantando que vai procurar junto da Divisão de Planeamento Urbanismo e Regeneração Urbana que acompanha estes processos, e recolher informação atualizada. Disse estranhar o desconhecimento da nota prévia que tem a ferramenta da plataforma Escola Virtual, porque o critério é uma prática corrente da empresa que a concebeu e serve qualquer outro município, independentemente da sua cor partidária, acrescentando que regista com agrado o incómodo causado. Sobre as limpezas e questões da área florestal e proteção civil, informou que as vias enunciadas estão abrangidas pelos processos de contratação pública que a Câmara Municipal já desenvolveu e que se decompõem em três lotes de intervenção pelas empresas que ganharam estes concursos que poderão



efetivamente serem elencados e publicitados com pormenor. As áreas de gestão de faixas de combustível, nas zonas industriais que engloba áreas de proteção a estas zonas têm uma área total 64 hectares e, vai haver um conjunto de intervenções que estão em curso. Enalteceu a importância das atividades e ações de preservação da floresta e da diminuição dos riscos e informou que o Executivo Municipal está atento e interessado em mitigar estes riscos o melhor possível, com a consciência da vulnerabilidade de ocorrências até pela própria natureza a que obriga a que o trabalho nunca esteja completo. Está em execução um projeto designado "Condomínio de Aldeias" em que estão a ser realizados trabalhos que têm como objetivo a criação de zonas de proteção no âmbito das aldeias que estão a ser intervencionadas ao abrigo deste programa. Há trabalho de recuperação e de manutenção de pontos de água em vários lugares e que tem a ver com as estruturas de apoio a combates a incêndios rurais. Relativamente à questão da desagregação das freguesias, reiterou as suas palavras, proferidas no período destinado ao público, e disse compreender do ponto de vista emocional, o sentimento que todos os que abordaram este assunto evidenciaram. Disse ser legítimo que sintam desgosto e desagrado relativamente à situação e de não ser possível nas próximas eleições autárquicas existir já a votação para os órgãos da Freguesia de Vilarinho. Reiterou para que ficasse bem explícito que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, sempre estiveram ao lado deste objetivo. Frisou que a iniciativa é da competência legislativa do governo e da Assembleia da República. Disse que se podem ser imputadas culpas ao PS, lembrou que este partido não tem a maioria na Assembleia da República e questionou a posição das outras forças políticas neste processo, reconhecendo a iniciativa e posição que a CDU manteve e bem, perguntou quais as iniciativas e que interesse demonstraram, e qual foi o governo que fez esta lei e impôs o regime e organização destas freguesias. Sublinhou que no ano de dois mil e treze, as forças políticas estiveram muito pior do que agora e perguntou, ainda, onde estavam e que oposição fizeram os senhores que hoje aqui falaram sobre o assunto. Disse concordar em absoluto com a exposição de **Joaquim Seco** e, acima de tudo, o valor humano e as edificações existentes na freguesia que comprovam a sua importância e a pertinência de voltar a ter o estatuto de freguesia. Associou-se á justa lembrança e

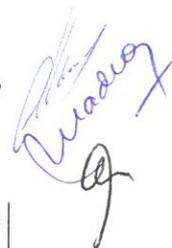


homenagem prestada aos dois Vilarinhenses, que já partiram, e que foram pessoas interessadas pelo seu associativismo e respeito à sua freguesia, concretamente, Abel Pedro de Carvalho e Bernardino Fernandes Nunes. Disse poder comprovar as várias interpelações que fez ao governo a propósito da desagregação da Freguesia de Vilarinho, quer em reuniões partidárias, quer naquelas em que tem assento, nomeadamente na ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, por várias vezes, ainda que contra a posição de alguns colegas. Deu nota que existem Presidentes de Câmaras que não são favoráveis à reversão da situação, não estando em causa forças políticas, porque são de partidos diferentes, mas que têm opinião contrária. Reiterou que afirmou ser um compromisso do PS que deveria ser honrado em tempo. Para além disto, sublinhou outro fator importante que é a posição pública de completa oposição por parte do Senhor Presidente da República relativamente a esta matéria. Concluiu este assunto reafirmando que para os Órgãos Autárquicos, seria bom que já fosse possível no próximo ato eleitoral autárquico, Vilarinho votar enquanto Freguesia, neste momento e atendendo aos prazos que estão em causa não será possível. Deixou ainda uma palavra de apreço ao atual Executivo pelo esforço desenvolvido e maior exigência na gestão de um território com as características de dispersão e dimensão que tem, dando, ainda assim, as respostas em tempo e com a qualidade que as pessoas merecem, pese embora os meios limitados que existem. Relativamente às questões urbanísticas apresentadas, nomeadamente as ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana, informou que está a ser ponderada pelo Executivo e tecnicamente avaliada a fim de verificar a possibilidade e, em caso afirmativo, de que forma e em que áreas, cumprindo a exigência de critérios e coerência nas decisões. No que respeita à acessibilidade à Instituição ADIC e toda a zona envolvente, a Câmara Municipal está a procurar concretizar a resolução desta necessidade, encontrando-se a desenvolver contactos para desbloquear esta situação. Relativamente a outras situações que enunciou, embora não sejam pertinentes, informou que no imediato não vai ser possível corresponder a tudo. Sobre a EN, no troço entre a Igreja e o Cemitério de Vilarinho e, também, o centro do lugar, informou que não tem sido muito fácil obter a concordância das Infraestruturas de Portugal relativamente à alteração da configuração. Sobre



o plano de pavimentações, em várias vias das freguesias do concelho, pretende que essa empreitada inicie a sua execução no próximo mês de maio. Sobre os operadores florestais e suas ações penalizadoras, nomeadamente para as vias e espaços envolventes, deu nota que a Câmara Municipal tem acompanhado e todas as situações reportadas são encaminhadas para a entidade responsável que é o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente – SEPNA, a quem cumpre zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos e que fiscaliza operadores de resíduos. Compete ainda a esta entidade zelar pelo cumprimento da legislação florestal, bem como da caça e da pesca, e investigar e reprimir os respetivos ilícitos. Assegurar a coordenação ao nível nacional da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente e proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território cooperando com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências. Realçou a importância deste momento censitário e apelou a todos os presentes e aos cidadãos que estavam a ouvir a transmissão via *online* para responderem ao pedido de retorquirem aos questionários e àqueles que tivessem dificuldade em fazê-lo, que recorressem aos recenseadores ou às Juntas de Freguesia que tem estado a prestar este apoio no sentido de contribuir para que a operação censitária seja um sucesso. Informou que os dados que são recolhidos neste processo servem de base para produzir informação essencial para o desenvolvimento económico e social, constituindo-se como instrumentos indispensáveis ao planeamento informado dos serviços e à definição de políticas, nas mais variadas áreas. O objetivo dos Censos é fornecer informação que permita o conhecimento aprofundado e rigoroso sendo a fonte única de dados que, caracterizando a população e o parque habitacional surgem como valiosos instrumentos de diagnóstico, planeamento e intervenção, nos mais variados domínios. Sobre o IMI, confirmou que, efetivamente, o PS e o Executivo Municipal não subscreveram a proposta apresentada pelo PSD, informando que, neste

momento, está a decorrer um estudo, que foi o compromisso assumido, a fim de analisar a possibilidade da Câmara Municipal alterar o seu posicionamento relativo à política fiscal e, em caso afirmativo, definir de que forma. Sobre a Regeneração Urbana – RU, nomeadamente ao designado “cruzamento das farmácias” disse que aquela implementação já estava projetada, no entanto, a Câmara Municipal está a acompanhar e a avaliar a situação e, caso se verifique pertinente introduzir algumas adaptações nas prioridades de circulação serão executadas. Sobre a aplicação do betuminoso, esclareceu que não é uma execução definitiva, a Câmara Municipal, enquanto dona da obra, está a aguardar algum tempo, enquanto estão a ser reconhecidas as correções e retificações identificadas pelos serviços, para que, posteriormente, a empresa que está a executar os trabalhos, proceder á versão definitiva. Acrescentou ainda que no ponto número três da ordem de trabalhos está inscrito um assunto que tem a ver com melhorias de circulação urbanística e pedonal na zona das antigas bombas, por detrás do obsoleto Hospital de S. João e será alvo de intervenção nos próximos tempos. Relativamente ao cineteatro, confirmou que existem trabalhos a mais decorrentes da alteração que foi necessária fazer ao projeto em função das circunstâncias que surgiram no início. Alguns destes trabalhos já estão executados e outros estão em curso ou definidos. Informou que existem mapas dos trabalhos a mais que, oportunamente e com mais precisão, poderão ser apresentados para conhecimento. Sublinhou que se trata de uma obra de reabilitação com especificidades que tem tido acompanhamento técnico regular a fim de monitorizar as necessidades pontuais e dinâmicas que surgem. Frisou que, tem estado em linha de conta a componente mais económica possível para resposta às situações que surgem de novo. Sobre o Fundo de Apoio à Atividade Empresarial, a plataforma “Compre Cá” e o tarifário Covid-19, informou que são instrumentos de apoio á comunidade no âmbito da pandemia. Pretende-se que a plataforma “Compre Cá” seja uma ferramenta que permita aos empresários e prestadores de serviços do concelho adaptarem-se ao negócio à distância e a presença nos meios digitais. Quanto ao Fundo de Apoio à Atividade Empresarial, que inicialmente era no valor de EUR: 100.000.00 (cem mil euros), informou da necessidade de reforço financeiro, uma vez que foram apresentadas cento e doze candidaturas, no



que resulta um investimento global na ordem de EUR: 147.148.00 (cento e quarenta e sete mil cento e quarenta e oito euros). Deu informação detalhada das candidaturas aceites e das que foram excluídas enunciando as causas. Deu nota que das candidaturas admitidas resultam cento e dez postos de trabalho e que quarenta e sete empresas não tiveram apoio do Estado Central. Disse ainda que os apoios há quatro empresas que vão atingir o máximo cujo valor é de EUR: 2.000.00 (dois mil euros). No seguimento de anterior intervenção confirmou que a Comissão Europeia foi intransigente e levantou questões quanto à inclusão de investimentos em vias rodoviárias importantes, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR que o Estado Português apresentou. Neste momento, está prevista a aprovação de uma Resolução do Conselho de Ministros para garantir as fontes de financiamento para concretizar a melhoria da mobilidade e acessibilidade intermunicipal regional a uma alternativa à EN 17 e à ligação ao IP 3, no troço Vila Nova de Poiares e Penacova, bastante importantes para o Concelho da Lousã e toda a região. Quanto aos sacrifícios que a comunidade tem tido com a pandemia, realçado em intervenção anterior, confirmou que os impactos são muitos e são transversais e a economia social do setor terciário não foi exceção na sua atividade. Informou que a Câmara Municipal tem prestado acompanhamento neste e em outros setores com a consciência de que nunca conseguirá corresponder a todas as necessidades, por muito boa vontade que exista. As autarquias locais, não vão ter meios suficientes para conseguir atender a todas as necessidades de expectativas dos diversos setores, das pessoas e entidades, porque os impactos são muitos. No entanto, e seguindo esta linha de acompanhamento, deu nota que irá á apreciação e votação da próxima reunião do Executivo Municipal, uma proposta para Apoio extraordinário para entidades do setor social relativamente às situações originadas pela pandemia, assim como também já foram aumentadas outras participações para outros serviços, nomeadamente os de apoio auxiliar ao ensino e educação, entre outros. Relativamente à Mata do Sobral, informou que está a ser desenvolvido um trabalho significativo e de grande expressão tendo como objetivo o controlo e erradicação de espécies invasoras no âmbito da candidatura efetuada pela Câmara Municipal da Lousã ao POSEUR. Sobre a mitigação dos efeitos das alterações climáticas

disse que tem várias dimensões, dando como exemplo os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na Mata do Sobral, como um contributo forte, a valorização do Rio Ceira, a apresentação de uma área integrada de gestão da paisagem, embora ainda tenha outros objetivos e há, ainda, outros projetos como o de alteração da paisagem para a Serra da Lousã, assim como a plantação de quarenta mil árvores autóctones no concelho, em parceria com as Juntas de Freguesia e os Baldios do concelho. Fez ainda uma referência ao Sistema de Mobilidade do Mondego dizendo que está em execução a empreitada Serpins – Alto de S. João e a abertura do canal da baixa de Coimbra, está também, para proposta de adjudicação o troço Alto de S. João – Portagem e o procedimento de contratação pública ao troço urbano da Cidade de Coimbra.-----

**PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**1** – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 4 (quatro));-----

**Inscrições:** Maria da Conceição Loureiro, Paulo Simões, Aires Ventura, Sérgio Pedroso, Margarida Correia, António José Gonçalves, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----

**Maria da Conceição Loureiro** usou da palavra começando por dizer que tinha várias questões para colocar ao **Senhor Presidente da Câmara** que entretanto foram esclarecidas pelo que deu nota que na leitura que fez da Apreciação da informação escrita sobre a Atividade Municipal constatou que houve muitas reuniões com a APIN, por isso questionou o ponto de situação, face à proposta apresentada pelo MEC – Movimento Espontâneo de Cidadãos da Lousã, sobre uma eventual saída do Município da Lousã, desta empresa intermunicipal e qual é a sua situação económica face à pandemia. Relativamente à RU – Regeneração Urbana, afirmou que concluídas as intervenções ficará uma Lousã mais bonita, embora com alguns pontos negativos que passou a descrever: o "*cruzamento das farmácias*", já referido em intervenção anterior e a colocação dos pilaretes na Rua do Comércio, dificultam muito as manobras e circulação, embora considere prioritário retirar o trânsito da vila. Deixou ainda uma nota de recomendação ao Executivo,

porque ao longo da informação constatou vários projetos, orçamentos e candidaturas para a Lousã, e é tempo de "olhar para as adjacências", ou seja, promover mais candidaturas para as freguesias. -----

**Paulo Simões** usou da palavra para questionar o **Senhor Presidente** sobre o projeto da bacia hidrográfica do Rio Ceira, face às alterações climáticas. Afirmou que é um assunto de relevância pelo meio ambiente, pelas alterações climáticas, porque se trata de um rio que atravessa a freguesia onde reside, muito importante para a rega das culturas, como meio de lazer e para que o moinho existente na Freguesia de Serpins continue a funcionar produzindo a farinha de excelente qualidade e permitindo manter esta tradição viva. Disse ainda que quer as cheias quer as secas assolam a Freguesia de Serpins, motivo pelo qual este projeto pode ser muito importante. Resumindo afirmou que tudo o que seja executado em prol da natureza e das pessoas é bom para o desenvolvimento do Concelho da Lousã.-----

**Aires Ventura** interveio começando com uma nota prévia dirigida ao **Senhor Presidente da Câmara** afirmando que o único culpado do assunto da desagregação das freguesias não estar resolvido, é o Partido Socialista, porque tem apoio na Assembleia da República, tanto do BE como do PCP para tentar resolver esse problema. Citando: "*é caricato que o PS e o PSD em conluio, às escondidas quase de todos, fizeram uma Lei para impedir que as listas independentes concorressem, como devia ser, em bloco, aos municípios e não teve tempo para discutir a Lei para a desagregação das freguesias, portanto, o único culpado é o Partido Socialista.*" Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, referiu-se ao – Serviço de Compra e Aprovisionamento que informa que no Regime Simplificado de Ajustes Diretos com convite a uma entidade, 294 ajustes no valor global de EUR: 168.581.84 (cento e sessenta e oito mil quinhentos e oitenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA e nos Ajustes Diretos com convite a várias entidades, 95 ajustes, no valor global de EUR: 46.282.98 (quarenta e seis mil duzentos e oitenta e dois euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA, pelo que questionou que critérios é que o Executivo Municipal utiliza para dar primazia sistemática a convites a uma só entidade. Segundo a sua opinião, em termos de transparência municipal "*deixa muito a desejar. Penso que isto é uma situação que devia ser corrigida.*" -----

**Sérgio Pedroso** usou da palavra começando por perguntar ao **Senhor Presidente da Câmara** qual o montante do reforço para o Fundo de Apoio á Atividade Empresarial que vai ser proposto na próxima reunião do Executivo Municipal. Em seguida, e relativamente á situação financeira do município, afirmou que o Grupo Municipal do PSD, não se vai debruçar sobre este assunto dado que são apresentados apenas dados provisórios e que não incluem os saldos a transitar de trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte, dado ainda não estarem as contas daquele ano encerradas e, sendo estes materialmente relevantes e não se encontrarem em condições de serem apresentados com o rigor que se pretende e assim a informação a prestar poderia não transmitir a verdadeira situação financeira do município, então não faz qualquer sentido, estar aqui a perder tempo. Aguarda por esta situação aquando da apresentação de contas, concluindo a dizer que o PSD está muito céptico quanto á mesma. Congratulou-se pelo facto de estar em estudo a eventual baixa do IMI, muito importante para os munícipes do concelho. -----

**Margarida Correia** usou da palavra começando por cumprimentar a todos, desde a Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, membros da Assembleia Municipal, público presente, comunicação social, colaboradores e trabalhadores da autarquia. Em seguida, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre a forma como está a decorrer o processo de vacinação e o universo de pessoas já vacinadas com as duas doses e as próximas perspetivas. Realçou a importância da vacinação para classificar o ponto de situação da pandemia Covid-19. Deixou uma palavra de reconhecimento á população e ao esforço que tem feito no cumprimento das medidas de segurança a par do investimento e capacidade de adaptação da autarquia, visível em toda a atividade descrita, nesta informação. -----

**António José Gonçalves** tomou a palavra começando por manifestar a sua indignação pelo facto de, recorrentemente, o PS estar sempre a aguardar o tipo de intervenções do PSD, para depois responder. Disse que não estão numa assembleia para entrar em debate e, citando: *"comemorou-se o 25 de Abril no domingo passado, mas isto não é liberdade. Estarmos aqui a entrar em conflito, agora estar a entrar em resposta, acho que não vale a pena. De uma*

coisa é certa, nós não podemos ser todos Socialistas, nós não podemos ser todos do PSD, nós não podemos ser todos Comunistas e é por isso que aqui estamos. Eu agradeço que se tenha mais algum cuidado e alguma contenção naquilo que se profere." Dirigindo-se a **João Pedro Melo** afirmou o seguinte, citando: "provavelmente nós estávamos exatamente no mesmo sítio onde estava o PS, com uma agravante, é que o PS está no Poder, e o PS é que é o alvo que está no Poder, nós é que estamos aqui para criticar." Em seguida, solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que esclarecesse-se por que razão é que os carros elétricos, marca Renault Zoe, foram comprados a uma empresa de Proença-a-Nova, cuja atividade principal é a reabilitação de interiores e cozinhas, quando deveriam ser comprados a um concessionário, acrescentando ao facto de ter questionado um posto de venda que o informou que a "proposta era inferior." Em relação ao camião Volvo do ano de 2017 com a matrícula 07-SQ-21, com 75.000 km, e que anda a fazer a recolha de resíduos urbanos, deu nota de que foi objeto de uma reparação no valor de EUR: 8.000.00 (oito mil euros), mais IVA, numa empresa de Rio Maior. Questionou o motivo pelo qual não foi reparado na Volvo e por que razão é que este camião ainda está em nome do Município da Lousã e já não está em nome da APIN. Perguntou, ainda, que entidade é que vai proceder ao pagamento desta reparação. -----

**Joel Fernandes** prescindiu da palavra. -----

**João Pedro Melo** começou por dizer que não entendeu muito bem a intervenção de **António José Gonçalves**, citando: "primeiro falou que não estamos para dialogar, depois dialogou comigo, bem...o PSD, conforme disse está aqui para criticar, o PS está aqui para zelar pelos melhores interesses da Lousã e dos seus municípios." Reportando-se ao ponto da ordem de trabalhos questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o conteúdo da reunião que teve na CIM-RC que tinha como objeto a análise do PRR e sobre a reunião da Comissão Executiva de Turismo e em que é que consiste o programa "Habitar o Interior" e gostaria de ter mais indicações sobre o projeto com a Arcil designado RECINCLUSA. Por último, saudou a Câmara Municipal pela candidatura ao Programa em que recebe quarenta mil árvores que serão plantadas até final de novembro, deste ano, e através de protocolos com as Juntas de Freguesia e com os Baldios do concelho. Afirmou que tudo isto são



passos que visam alterar a paisagem florestal que é muito vulnerável no âmbito da estratégia da União Europeia para as florestas por forma a promover uma gestão sustentável da floresta. A prevenção de incêndios e a prevenção do êxodo rural, por outro lado, potenciar uma maior proximidade dos cidadãos à floresta, nomeadamente a reflorestação das zonas afetadas pelos incêndios.-----

-----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra a fim de responder às questões que lhe foram endereçadas e começou por dizer que as contas da APIN serão apresentadas oportunamente e a gestão está a ser otimizada. Em relação ao MEC Lousã, informou que a petição que veio a discussão desta Assembleia Municipal, não teve votos favoráveis, o que no seu entendimento, é o dado mais relevante a reter sobre o assunto. Relativamente à RU – Regeneração Urbana, informou que os trabalhos demoraram mais tempo que o previsto e em algumas questões em pormenor, nomeadamente, os arranjos paisagísticos ainda não estão concluídos e o “cruzamento das farmácias” está em análise a melhor solução definitiva. No que se refere ao alargamento deste tipo de intervenções às freguesias disse que até ao momento não é possível, porque só existem Fundos Comunitários para intervir nas Sedes de Concelho. Aproveitando o momento, informou a todos que teve a satisfação de receber uma notificação da avaliação da execução do plano de ação para a regeneração urbana na Lousã, da Comissão Diretiva do Centro 2020, da CCDRC, onde consta que o Município da Lousã, foi contemplado com um prémio adicional de reforço de financiamento de Fundos Comunitários, no valor de quatrocentos e seis mil euros, em função do mérito da execução evidenciada nas obras definidas no âmbito desta área de regeneração urbana. Relativamente ao Rio Ceira, realçou a importância deste investimento. Relativamente à desagregação das freguesias, informou que o apoio não será assim tão declarado, e quando da sua intervenção referiu outras forças políticas para além do BE e CDU. Sobre a contratação pública, disse que decorre da especificidade de funcionamento da autarquia e do fornecimento de bens e serviços e, ainda, do interesse da Câmara Municipal cumprindo as regras e lei da contratação pública, privilegiar os agentes locais. Entretanto, informou que no regime geral o número de Ajustes Diretos com convite a uma



entidade são sete, no valor global de EUR: 88.291.15 (oitenta e oito mil duzentos e noventa e um euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA e o número de consultas prévias com convite a várias entidades foram dez, no valor global de EUR: 54.757.83 (cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e sete euros e oitenta e três cêntimos), acrescido de IVA. Reiterou que está um ponto agendado para a próxima reunião do Executivo Municipal uma proposta para o reforço do Fundo de Apoio à Atividade Empresarial no montante de EUR: 50.000.00 (cinquenta mil euros). Sobre a análise financeira, confirmou que a informação anual é mais global e a informação atual que foi prestada a esta assembleia, é válida referindo-se ao momento a que se refere. Relativamente ao processo de vacinação, disse que tem estado a correr bem em função da disponibilidade de vacinas. Informou que já foram administradas cinco mil duzentas e cinquenta vacinas, no total de três mil trezentas e cinquenta pessoas e mil e novecentas já receberam as duas doses da vacina. Entretanto, como houve alteração dos critérios de vacinação, eventualmente, estes números serão variáveis em função de ser considerada uma dose suficiente, ou a toma das duas doses. Estão previstas mais inoculações no Centro de Vacinação Municipal instalado no Parque Municipal de Exposições, estando o processo de agendamento a ser articulado com os profissionais do Centro de Saúde da Lousã e acompanhamento por parte da Câmara Municipal. Relativamente ao procedimento de contratação pública de duas viaturas elétricas, de acordo com a análise da equipa técnica do júri, esta foi a entidade habilitada em primeiro lugar para o efeito. Relativamente à viatura afeta aos resíduos sólidos e urbanos informou que está ao abrigo de um protocolo cedida à APIN pelo que a titularidade é da Câmara Municipal. A despesa que foi paga pela autarquia insere-se no âmbito do tratamento nos termos do referido protocolo. O projeto RECINCLUSA, em parceria com a ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, e que engloba também a ERSUC, é mais um projeto na área dos resíduos e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável. É uma valorização do impacto positivo pela recolha mais próxima, nomeadamente, resíduos originados pelo comércio, serviços e indústria, no Concelho da Lousã, e tem como objetivo a inclusão promovendo a empregabilidade e ocupação de pessoas portadoras de incapacidade. Sobre o PRR, informou que existiram

várias reuniões e os municípios foram convocados para prestar contributos, o Município da Lousã apresentou os seus, bem como a CIM-RC. "Habitar no Interior" é um programa específico que vai ao encontro da luta para uma discriminação positiva dos territórios de baixa densidade, ou designados, de interior e agora estão criadas as condições para promover uma maior atratividade através de políticas de habitação que tenham em conta estas características. Estão envolvidos neste programa o Ministério do Trabalho, o Ministério da Coesão Territorial, a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, a Secretaria de Estado da Habitação, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., IHRU, I. P., as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, e a Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE. Disse ainda que o Município da Lousã, por indicação da ANMP, representa todos os municípios, pela sua posição geográfica e por fazer parte do Pinhal Interior Norte. -----

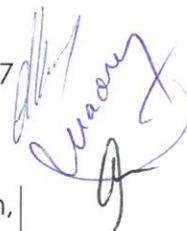
**PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**2** – Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã – (doc. nº 5 (cinco)); -----

**Inscrições: Aires Ventura, António José Gonçalves e Isabel Seco Neves.** -----

**Aires Ventura** interveio para questionar qual a metodologia a aplicar quando der início às obras de requalificação da Escola Secundária, atendendo ao facto que coincide com o funcionamento do período letivo, se eventualmente os alunos serão transferidos para outro local. -----

**António José Gonçalves** começou por afirmar, citando: "*nós somos oposição, orgulhosamente oposição, não temos qualquer tipo de problema em denunciar aquilo que achamos que está mal e como disse há pouco, nós não podemos ser todos socialistas, porque se fôssemos, estávamos aqui a dizer que estava tudo bem. Por outro lado, já tenho elogiado algumas coisas feitas pelo Partido Socialista.*" Relativamente à empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã, disse que o PSD vota favoravelmente, no entanto e de acordo com algumas informações que chegaram ao seu conhecimento, deu



nota que começaram com um orçamento de dois milhões e agora tem, citando: "*tem uma derrapagem de oitocentos mil euros.*"-----

**Isabel Seco Neves** apresentou cumprimentos a todos, começando pela Mesa, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, colegas membros da assembleia, colaboradores e trabalhadores da Câmara Municipal que ajudaram na logística desta reunião, público e comunicação social. Seguidamente, referindo este ponto da ordem de trabalhos que diz respeito à empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã em que o Executivo Municipal propõe aumentar o valor inicial de base para a execução da mesma, informou que este novo valor orçamentado tem como objetivo iniciar um novo procedimento de contratação, com a maior brevidade possível, tendo em conta que o primeiro procedimento ficou deserto e é necessário fazer o reforço do valor a dotar. Disse que o Grupo Municipal do PS reconhece que a empreitada é essencial para o desenvolvimento e coesão do concelho, uma vez que vai proporcionar modernização e eficiência do edifício escolar, ou seja, vai proporcionar à comunidade escolar melhores condições para estudar e trabalhar, razões mais que suficientes para que o PS vote favoravelmente este ponto. Acrescentou que, uma vez que se estava a falar de educação, aproveitava para dar nota de mais três assuntos que estão interligados: o apoio monetário no valor de trinta mil euros que o Executivo Municipal atribuiu ao Agrupamento Escolar do Concelho da Lousã que se destina a compartilhar o funcionamento pré-escolar e primeiro ciclo, bem como para a aquisição de material pedagógico, apoio didático, produtos de higiene e limpeza e apoio a alunos dos escalões A e B do ensino articulado; outra medida aprovada foi a adesão da Câmara Municipal ao serviço educativo - Escola Virtual, que garante a todos os alunos do ensino básico e secundário e aos docentes num universo de duas mil pessoas, o acesso gratuito a esta plataforma de apoio ao estudo que visa essencialmente potenciar o desenvolvimento e autonomia da literacia digital e contribuirá para a valorização do ensino público. Por fim, disse que o Grupo Municipal do PS enaltece o Executivo Municipal por ter aprovado por unanimidade a abertura de concurso para a requalificação do Jardim de Infância do Freixo, o que contribuirá, para uma melhoria significativa das condições deste equipamento



educativo, onde está prevista a aplicação de painéis solares, contribuindo para a eficiência energética e instalação de climatização em todas as salas, entre outras melhorias e infraestruturas. Este conjunto de medidas inserem-se na estratégia para a educação deste município e o Grupo Municipal do PS, apoia inteiramente uma vez que contribuem para o desenvolvimento dos alunos do concelho. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a conjugação das obras e manutenção do ano letivo está devidamente acautelada com o Agrupamento de Escolas, a fim de causar o mínimo de perturbação e, por esse motivo, a requalificação não é executada em um só ano. Informou que não existe derrapagem quanto à empreitada da Escola Secundária da Lousã. Informou que foi contratada, pelo Ministério da Educação, uma entidade externa da especialidade que elaborou um projeto com determinada previsão orçamental e que, infelizmente, como acontece um pouco por todo o país, ficou deserto, havendo por isso a necessidade de lançar um novo procedimento para um valor base atualizado. Confirmou que vai haver um esforço adicional por parte da Câmara Municipal que é, também, acompanhado pelos Fundos Comunitários, porque a candidatura foi submetida com o valor atualizado. A comparticipação de 85%, é relativa aos três milhões e cem mil euros, e não para os dois milhões e duzentos euros, iniciais. Agradeceu ainda a relevância que foi prestada ao investimento da autarquia na educação. -----

Colocada à votação a ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**3** - Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente às empreitadas de concretização do Plano de Ação de



Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Zona Central – (doc. nº 6 (seis));-----

**Inscrições:** Renato Ferreira e Ana Paula Sançana.-----

**Renato Ferreira** apresentou cumprimentos a todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Começou por afirmar que o Grupo Municipal do PS vota favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos e registou a importância destas empreitadas, destacando a necessidade de mudança de comportamentos em relação à mobilidade e em prol do bom ambiente. Pretende-se impulsionar o uso de bicicletas, enquanto transporte alternativo, nomeadamente, pela comunidade escolar através da rede de ciclovias urbana e para pequenos percursos, a maior segurança rodoviária e disciplina de tráfego dentro da vila e realçou que esta empreitada vem dar continuidade ao investimento que a autarquia tem vindo a realizar na requalificação urbana.-----

**Ana Paula Sançana** começou por dizer que Portugal está ainda muito atrás comparativamente, a outros países da Europa relativamente à mobilidade sustentável, no entanto, todos os passos que possam ser tomados para instalar esta cultura que ainda não existe e basta olhar para o relevo e condições geográficas para pensar no esforço necessário, no entanto, a zona central da Vila da Lousã tem as condições necessárias para assumir um tipo de compromisso deste tipo e para poder estimular e imbuir a sociedade civil para este espírito alternativo. Alertou para a necessidade de ser muito bem articulada com outros tipos de transportes alternativos e por isso ser importante a conclusão da obra do Metro Bus e outras complementares a esta ciclovia. Deu nota de que o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente esta proposta, mas questionou o **Senhor Presidente** da razão do aumento de cento e cinco mil euros, relativamente à dotação inicial.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio para referir que esta é a primeira empreitada de um conjunto de três empreitadas que se inserem na estratégia do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. Esta engloba a Rua Industrial Manuel de Carvalho, Rua 1º de Dezembro, Rua Dr. Pires de Carvalho e Rua Comandante João Ramos. Depois haverá um procedimento de contratação pública de empreitada, desde o Quartel dos Bombeiros - Av. Doutor José Maria Cardoso, até à Escola 1 – 2, Rua Eng.º Gil d'Orey até à zona



das Piscinas e Escola Secundária e prosseguirá da rotunda, junto à farmácia no início da Sarnadinha - Rua Doutor José Pinto de Aguiar, até à Escola EB1, e que serve, ainda, de melhoria e segurança da circulação pedonal Ciclável, especialmente, para as crianças e jovens que frequentam aquela escola e depois, haverá uma maior, em termos financeiros, que é a empreitada que vai reconfigurar a Av.ª Dr. José Maria Cardoso, entre o Cineteatro e a rotunda que dá a derivação para a unidade comercial e a farmácia. O aumento da dotação tem a ver com a inclusão de situações consideradas pertinentes e pormenorização relativamente aos projetos iniciais. Concluiu dizendo que estas obras também darão um contributo para a mitigação das alterações climáticas, na medida em que potenciam o uso de modos suaves de circulação e mobilidade. -----

Colocada à votação a ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais referente às empreitadas de concretização do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Zona Central foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

**PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**4** - Apreciação e votação da alteração da Organização dos Serviços Municipais - (doc. nº 7 (sete)); -----

**Inscrições:** Não houve; -----

**O Senhor Presidente da Câmara** prescindiu do uso da palavra. -----

Colocada à votação a alteração da Organização dos Serviços Municipais, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**5** - Apreciação e votação do Aditamento às deliberações da Câmara Municipal de 14/09/2020 e da Assembleia Municipal de 24/09/2020 referente à



adesão do Município da Lousã ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, com o objetivo de integrar o Corpo Ativo e Comando dos Bombeiros do Concelho no referido tarifário – (doc. nº 8 – (oito)) -----

**João Pedro Melo** interpelou a **Mesa** para informar toda assembleia que ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal, e acompanhado pelo seu camarada **Renato Ferreira**, ambos fazendo parte dos noventa e um bombeiros municipais, do Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã, não votarão este ponto da ordem de trabalhos e ausentar-se-ão da sala durante a sua discussão. -----

**Inscrições:** Luís Martins, Maria Conceição Loureiro, Luís Marques e Paulo Simões.

**Luís Martins** apresentou cumprimentos à Mesa, ao Executivo Municipal, aos membros da assembleia, ao público em geral, aos colaboradores e trabalhadores da autarquia. Disse que a pretensão de alargar a tarifa social aos bombeiros que prestam serviço nas Corporações do Concelho da Lousã visa, sobretudo, reconhecer e valorizar o esforço, a dedicação e coragem que cada homem ou mulher, com formação adequada, coloca ao serviço da comunidade a defesa da vida e património, em detrimento pessoal e da família. Citando: "*sendo a Assembleia Municipal o Órgão que representa o nosso município, este pequeno gesto que estamos e podemos fazer a quem nos presta este serviço, é impagável. Bem-haja aos bombeiros!*" -----

**Maria Conceição Loureiro** interveio para dizer que subscreve inteiramente as palavras proferidas por **Luís Martins** e acrescentou dizendo que a CDU se congratula com esta proposta e disponibilidade da autarquia, porque os bombeiros merecem tudo isso. Dado ser esta a sua última intervenção apelou a todos, quer aos presentes quer às pessoas que estavam a ouvir por outros meios para continuarem a lutar pela sua própria saúde e dos outros e cumprirem todas as regras implementadas pela DGS. -----

**Luís Marques** começou por cumprimentar todos os presentes e aqueles que acompanhavam a transmissão através das redes sociais. Relativamente ao tarifário social, disse saber que já vem sendo aplicado pelo Município da Lousã e congratulou-se pelo facto de, passados três anos, este se dispor a aplicar o disposto e regulamentado pelo Decreto-Lei 147/2017 que estabelece e

defende algumas regras de acesso a esse tarifário, bem como, uniformiza o tarifário social a nível nacional. Realçou a intervenção do cidadão Paulo Magro sobre esta matéria em assembleias anteriores onde alertou o Executivo Municipal e esta assembleia para o referido Decreto-Lei e que, também, questionou o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** se o tarifário da APIN seria igual ao Regulamento Municipal da Câmara Municipal de Góis, facto que se veio a confirmar, posteriormente. Após a exposição, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** a razão pela qual, a APIN ainda mantém em vigor o Regulamento da Câmara Municipal de Góis e por que motivo só agora o Município da Lousã se lembrou destes cidadãos que dão tanto e recebem tão pouco.-----

**Paulo Simões** interveio para destacar esta medida e o alcance da mesma, porque é um incentivo ao voluntariado e de agradecimento a todos quantos de forma desinteressada e altruísta dão o melhor de si pela comunidade. Disse que tem conhecimento de que a autarquia já implementou outras ações, nomeadamente, acesso a piscinas, pavilhões desportivos, entre outros. No seu entendimento o respeito pelos bombeiros deve ser contínuo, não apenas em tempo de aflição ou em anos eleitorais. Disse ser justo e pertinente, os quadros de Comando dos Bombeiros da Lousã e de Serpins serem integrados nesta medida, porque são, também, voluntários. Esta medida envolve dois Corpos de Bombeiros e seis elementos de Comando e, sobretudo, de pessoas que já muito ofereceram á comunidade.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio começando por dizer que o tarifário social na Câmara Municipal da Lousã, já existe há vários anos, bem antes do ano de dois mil e dezassete e da legislação referida. Informou que a APIN ainda se rege pelo Regulamento de Serviços do Município de Góis, que está devidamente legal e enquadrado no possível. Contudo, não é por esse facto que o Município da Lousã pode ou não alargar o tarifário social aos bombeiros. Tem que haver iniciativa do Órgão Executivo e por proposta a submeter à votação da Assembleia Municipal o alargamento do tarifário social a estas pessoas que, de forma abnegada, prestam serviço à comunidade. Acrescentou, que eventualmente, outros municípios que fazem parte da APIN poderão tomar a mesma medida, caso assim o entendam. -----

-----



Colocada à votação o Aditamento às deliberações da Câmara Municipal de 14/09/2020 e da Assembleia Municipal de 24/09/2020 referente à adesão do Município da Lousã ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, com o objetivo de integrar o Corpo Ativo e Comando dos Bombeiros do Concelho no referido tarifário, foi aprovado por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

**PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**6** - Apreciação e votação da ratificação da alteração excecional do pagamento das bolsas do Ensino Superior – (doc. nº 9 (nove));-----

**Inscrições:** Ana Araújo.-----

**Ana Araújo** tomou a palavra começando por cumprimentar a todos na pessoa do **Senhor Presidente da Mesa**. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, deu nota que o Regulamento Municipal para atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, já foi aprovado por esta assembleia, e o que está agora em causa é uma “alteração circunstancial”. Contudo, afirmou que não podia deixar passar esta oportunidade para falar no investimento que este Executivo tem na área social. Frisou que é uma área muitas vezes esquecida e que na Lousã, não tem sido esquecida até agora. Mais uma medida que vem ao encontro do facto de ser um Município Familiarmente Responsável, deu nota que é o nono ano consecutivo que é atribuída esta distinção á Lousã. Referiu ainda outros prémios, como: “Viver mais em Igualdade” da Comissão da Igualdade e Cidadania, o prémio Arco-Íris da Lousã sem preconceito da ILGA Portugal. Informou que está ainda em período de discussão pública o Regulamento de Apoio á Natalidade, desejando que haja muitos contributos, porque por vezes criticam-se as medidas, mas não se tomam as devidas intervenções em espaço próprio, uma nova medida de apoio à aquisição e comparticipação de medicamentos que vem, também, contribuir para que os munícipes que se encontrem em comprovada situação de carência económica possam ser apoiados. Este apoio garante aos seus beneficiários o acesso a medicamentos prescritos por receita médica, sendo financiado o valor não comparticipado pelo Serviço Nacional de Saúde. A



concluir a sua intervenção reiterou o que a autarquia faz na área social, sendo esta atribuição das bolsas para o ensino superior, uma das diversas medidas. Incentivou o Executivo a continuar a trabalhar e a investir nesta área social que tantas vezes é esquecida.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio para salientar que esta é mais uma forma de apoio à comunidade e que, a curto prazo, será possível apoiar dezoito cidadãos Lousanenses que se candidataram e que, de acordo com os critérios definidos e a avaliação feita pelos serviços técnicos poderão ser apoiados na sua formação ao Ensino Superior.-----

Colocada à votação a ratificação da alteração excecional do pagamento das bolsas do Ensino Superior, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.-----

**PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**7 -** Apreciação e votação da delimitação da área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal – (doc. nº 10 – (dez));----

**Inscrições:** Luís Martins e Ana Paula Sançana.-----

**Luís Martins** usou da palavra dizendo que a aldeia do Talasnal é uma das aldeias de xisto da Serra da Lousã destacando-se pelas suas características peculiares, a nível de imagem arquitetónica e urbanística. Disse que tem referências a nível nacional e internacional e faz uma oferta de serviços de alojamento á envolvência paisagística da aldeia de xisto com ligação a várias atividades desportivas e socioculturais e que tem resultado em uma exponencial procura turística na visita do meio envolvente e, por inerência, uma maior sobrecarga nas infraestruturas básicas, no acesso à rede viária e no estacionamento, com prejuízo para todos os utentes da aldeia. Afirmou que face a esta evidência, existe a necessidade urgente de regular o alojamento local por forma a dar garantia de conforto e segurança a todos quantos a visitam, habitam ou que tenham atividade económica. A apreciação da Assembleia Municipal da delimitação da área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal é de extrema



importância para que não haja o risco de descaraterização de uma das mais bonitas aldeias do país.-----

**Ana Paula Sançana** tomou a palavra começando por referir que há cerca de um ano veio a público a criação nas aldeias de xisto de um Fundo Imobiliário para recuperação e valorização do património edificado no contexto das aldeias. O objetivo seria de juntar investidores numa oportunidade de negócio abrindo o território ao exterior e alavancando a capacidade de atração e fixação das pessoas. Afirmou que o Turismo Centro Portugal anunciou que pretende que o Centro de Portugal seja o primeiro destino de férias dos portugueses. Assim, e segundo o seu raciocínio estas duas situações convergem num ponto essencial uma vez que as aldeias de xisto são um ponto turístico por excelência e uma marca nacional e internacional cujo estatuto foi possível graças ao empenho de investidores, moradores e de municípios para tornar este conjunto das aldeias do xisto, além de um património histórico e cultural, um grande ponto de atração para turistas do mundo inteiro. Deu nota que a pandemia veio mudar um pouco o paradigma do turismo e as pessoas começaram a procurar outro tipo de territórios e, nesse aspeto, as aldeias de xisto têm crescido em termos de afluência. A proposta da delimitação da área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal, vem no sentido da referência que a Câmara Municipal faz ao elevado número de estabelecimentos de alojamento local e a afluência de pessoas àquela aldeia que causa constrangimentos ao nível do acesso e do estacionamento, bem como da sobrecarga das infraestruturas básicas. Afirmou que o Grupo Municipal do PSD manifesta dúvida sobre se esta proposta vai resolver o problema de fundo. O facto de limitar o número de estabelecimentos de alojamento local, não limita de forma direta a afluência dos turistas à aldeia e por isso, os constrangimentos no acesso vão continuar. Por outro lado, disse que limitar o número de estabelecimentos de alojamento local, está a limitar o investimento. Questionou se não tivesse sido feito o investimento ao longo de vários anos, se a aldeia estaria como está, e como estaria a recuperação de imóveis. Levantou a questão de desigualdade comparativamente a outras aldeias que não têm estas condicionantes e perguntou qual a percentagem de alojamentos locais face ao número total de imóveis e qual a capacidade de instalação de números

de camas com a conseqüente limitação de afluência do número de turistas. Frisou que as aldeias do xisto, embora com diferentes capacidades entre si, visitam-se com rapidez, e não oferecem condições às pessoas para permanecerem durante muito tempo. Disse concordar com o facto de haver necessidade de serem criadas condições para a harmonia, mas para o Grupo Municipal do PSD, é, igualmente, importante a resolução célere das infraestruturas básicas e que a questão dos acessos e estacionamento também seja efetuada por forma a projetar proporcionalmente ao crescimento da aldeia. Concluiu dizendo que concordava que "é um pau de dois bicos", mas que perante as dúvidas apresentadas, o Grupo Municipal do PSD se abstinha nesta votação.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** em resposta começou por afirmar frisando que esta proposta não inviabiliza nenhuma recuperação de imóveis, o fim a que os afetam é que poderá ter outro destino que não seja o alojamento local. Informou que segundo os dados que possui e não estão atualizados, na aldeia do Talasnal existem legalmente registados cerca de dezasseis alojamentos, com um número de camas de cinquenta e uma, atendendo ao facto de algumas delas serem de casal, dá um número elevado de pessoas para esta tipologia de aldeia. Informou que o que está em causa é a regulação da aldeia e não permitir o crescimento desmesurado, mas sustentável. Recordou a todos de que o projeto das aldeias de xisto começou pela criação de infraestruturas básicas, o que não quer dizer que seja possível alargá-las, ilimitadamente. Disse que quanto mais se alargar, mais necessário vai ser continuar a alargar, desde o estacionamento a outras situações básicas, o que é incomportável. Chamou a atenção para o facto de se tratar de uma aldeia de montanha, com acessos de montanha e a orografia do terreno que todos conhecem. Afirmou que o turista que procurará o Talasnal, não pretende deparar-se com grande massificação, no seu entendimento, o turista que mais-valias trará aos agentes e privados, será aquele que valorizará este tipo de medidas e a sustentabilidade da sua experiência. Enunciou as características e beleza naturais e reconhecimento da aldeia do Talasnal, contudo, para manter essa essência terão que ser criadas medidas que não permitam desvirtuar a oferta que se pretende, o espírito das aldeias do xisto, espaço florestal envolvente e a segurança. Realçou que esta medida não



significa que não se continue a fazer investimentos e deu nota de alguns executados ao nível do estacionamento e circulação. Disse que irão continuar a fazer-se, tanto mais que, está prevista uma intervenção, no âmbito da APIN, onde foi possível aprovar uma candidatura para abastecimento de água e serão executados ajustes no tratamento de efluentes. Frisou que os agentes e privados têm um papel importante na aldeia que é reconhecido pela autarquia, pese embora que nem sempre os interesses públicos e privados estejam em sintonia. -----

**Ana Paula Sançana** pediu à Mesa para usar da palavra no sentido de clarificar a sua intervenção e declarou que o Grupo Municipal do PSD, não é a favor de turismo de massas. Na sua abordagem o que pretendeu transmitir é que o PSD tem dúvidas quanto ao facto de simplesmente se limitar a área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal, resolva o problema que lá existe e, adiantou que uma vez que serão executadas intervenções a nível de infraestruturas básicas, entende que deverão ser feitas com base num futuro, embora limitado, e não com base na realidade atual. --

Colocada à votação a delimitação da área de contenção para a instalação de alojamento local na Aldeia do Talasnal, foi aprovada por maioria com 20 (vinte) votos favoráveis do PS, CDU e BE e 5 (cinco) abstenções do PSD. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

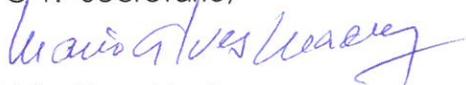
Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta e cinco minutos. -----

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

Carlos Seco

O 1.º Secretário,



Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,



Maria Aldina Martins

---